



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 19, n. 9, art. 4, p. 63-78, set. 2022

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2022.19.9.4>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



MIAR



Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas no Brasil: Revisão e Contextualização do Fenômeno

Food and Nutrition Security of Indigenous Peoples in Brazil: Review and Contextualization of the Phenomenon

Rafael Ademir Oliveira de Andrade

Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia

Professor de Nível Superior do Centro Universitário São Lucas

profrafaelsocio@gmail.com

Cristina Andrezza Fernandes Cabral Ferreira

Graduação em Nutrição pelo Centro Universitário São Lucas

candrezzafernandes@gmail.com

Juliana Gobi Schmitz

Graduação em Nutrição pelo Centro Universitário São Lucas

jullyana.gobi@gmail.com

Endereço: Rafael Ademir Oliveira de Andrade
Centro Universitário São Lucas, Diretoria de Ensino.
Rua Alexandre Guimarães, Baixa União, 76805846 -
Porto Velho, RO - Brasil.

Endereço: Cristina Andrezza Fernandes Cabral Ferreira

Centro Universitário São Lucas, Diretoria de Ensino.
Rua Alexandre Guimarães, Baixa União, 76805846 -
Porto Velho, RO - Brasil.

Endereço: Juliana Gobi Schmitz

Centro Universitário São Lucas, Diretoria de Ensino.
Rua Alexandre Guimarães, Baixa União, 76805846 -
Porto Velho, RO - Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 26/07/2022. Última versão recebida em 17/08/2022. Aprovado em 18/08/2022.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

As discussões trazidas por este artigo se propõem a analisar o contexto da Segurança Alimentar e Nutricional aplicada aos indígenas, revisando as causas que comprometam a execução desse direito fundamental. Uma vez que a alimentação indígena está atrelada aos seus costumes, práticas tradicionais e território habitado, são vários os desafios de ordem ambiental, social e econômica enfrentados por esses povos. Dessa forma, pretende-se averiguar os métodos utilizados para elaboração de estudos na área e o que se constata acerca desses métodos. Para a construção da escrita, serão apresentados os conceitos gerais e específicos de Segurança Alimentar e Nutricional aplicada aos povos tradicionais, e, a partir de uma pesquisa qualitativa de análise documental, será analisada a maneira como o tema tem se desenvolvido bem como a forma como o Estado e as instituições privadas têm interferido nas questões indígenas, enfatizando quais medidas e projetos de ordem pública e privada têm mostrado maior desempenho para assegurar e prover a Soberania e Segurança Alimentar dessas comunidades.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Políticas Públicas de Saúde. Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

The discussions brought by this article aim to analyze the context of Food and Nutrition Security applied to indigenous people, reviewing the causes that compromise the execution of this fundamental right. Since indigenous food is linked to their customs, traditional practices and inhabited territory, there are several environmental, social and economic challenges faced by them. In this way, it is intended to investigate the methods used for the elaboration of studies in the area, and what is observed about them. For the construction of the writing, the general and specific concepts of Food and Nutrition Security applied to traditional peoples will be presented, and from a qualitative research of document analysis, the way in which the theme has developed will be analyzed, as well as the way in which the State and private institutions have interfered in indigenous issues, emphasizing which measures and projects of public and private order have shown greater performance to ensure and provide the Sovereignty and Food Security of these communities.

Key-words: Indigenous Peoples. Public Health Policies. Food and Nutrition Security.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o debate acerca da execução da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem gerado discussões interdisciplinares, tal como sobre os processos para implementação de políticas públicas. Conforme citado por Kepple e Segall-Corrêa (2011), o ato de se alimentar é um direito humano fundamental para a garantia da cidadania e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), sendo previsto na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.

Conforme descrito na lei nº 11.346 de 15 de julho de 2006, a Segurança Alimentar e Nutricional pode ser compreendida como o acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade necessárias, sem que essas comprometam a provisão de outras necessidades, tendo como base as práticas saudáveis que respeitem os aspectos socioeconômicos, a diversidade cultural e que promovam a sustentabilidade. A falta do cumprimento dessas medidas caracteriza o fenômeno da Insegurança Alimentar (BRASIL, 2006).

Historicamente, a Segurança Alimentar e Nutricional esteve associada à disponibilidade de alimentos, pois em casos severos essa desencadeia episódios de desnutrição e fome. Atualmente as questões que comprometem a SAN estão relacionadas a vários fatores, como a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos, privatização de recursos ambientais, desigualdade social, degradação ambiental e principalmente pelos desequilíbrios nutricionais ocasionados pela alta ingestão de alimentos processados e ultraprocessados, com baixo valor nutricional (FSBAN, 2006 *apud* BURLANDY, 2007).

Em casos nos quais a Insegurança Alimentar se dá de forma contínua, ela pode acarretar vários prejuízos à saúde em médio e longo prazo, e não apenas de caráter fisiológico como as hipovitaminoses e a vulnerabilidade a doenças crônicas não transmissíveis; esse cenário também pode trazer sofrimento emocional, estresse e a perda da autoestima (KEPPLE; CORRÊA, 2011), além de impactos sociais esperados desse quadro biológico.

Conforme dados da FUNASA (2005), e citado por Azevedo et al. (2009), as classes sociais que mais sofrem com a Insegurança Alimentar no Brasil são as minorias sociais, como os quilombolas, catadores de recicláveis, moradores de rua e os indígenas. Até o final da década de 1990, algumas comunidades indígenas apresentavam altos índices de desnutrição e mortalidade infantil, sendo frequentes os quadros de obesidade na população indígena adulta (GUGELMIN; SANTOS, 2001 *apud* AZEVEDO *et al.* 2009).

Conforme os dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos, apresentados através do Mapa da Fome, identificou-se o expressivo estado de pobreza e insegurança alimentar enfrentado pelos povos indígenas, o que foi corroborado pelo 1º Inquérito Nacional de Saúde dos Povos Indígenas, sendo que 48% dos afetados se encontravam em terras homologadas pelo Estado (INESC, 1995; VERDUM, 2003 *Apud* ARAÚJO; KUBO, 2017). Para o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), citado por Araújo e Kubo (2017), o 1º Inquérito Nacional de Saúde dos Povos Indígenas expõe a proporção e as circunstâncias da questão indígena, o que deveria instigar agilidade em ações governamentais, a fim de fomentar o etnodesenvolvimento, a soberania e a segurança alimentar e nutricional desses indivíduos, uma vez que eles se encontram em vulnerabilidade social.

A SAN dos povos indígenas está ligada diretamente à manutenção de seus hábitos alimentares tradicionais, uma vez que esses compõem sua cultura e desempenham forte influência no contexto no qual os indígenas estão inseridos. Para Rigon (2005), o costume alimentar nativo consiste em meios pelos quais os indivíduos, reagindo à pressão cultural e social, escolhem e consomem os alimentos acessíveis (*Apud* ARAÚJO; KUBO, 2017). Logo, entende-se que os indígenas, assim como suas culturas e hábitos alimentares, experimentam transformações decorrentes de intervenções externas e adaptam-se conforme as eventualidades impostas às suas famílias.

Conforme os povos indígenas transitam por mudanças sociais, econômicas, culturais e de introdução territorial, geralmente realizadas de forma violenta e conduzida de forma exógena, causando alterações nas práticas alimentares, há modificações no estado nutricional, o que pode acarretar a insegurança/segurança alimentar e nutricional desses indígenas.

Colman e Brand (2008), citados por Alves (2016), evidenciam inúmeras mudanças; dentre essas encontram-se a redução dos territórios indígenas, ou realocação das etnias, o superpovoamento em áreas estreitas decorrentes de demarcações desconformes e a imposição estatal de metodologia de produção sem deferência de lideranças indígenas. Esses fatos contribuem para que haja a readequação dos modos e costumes alimentares por essas populações, uma delas sendo o consumo de alimentos industrializados oferecidos por meio de políticas públicas de fomento à segurança alimentar e nutricional indígena (PEREIRA, 2010 *Apud* ALVES, 2016).

Partindo desse pressuposto, este artigo tem como intuito analisar o processo de manutenção da SAN indígena, observando as alterações e adaptações sofridas através de uma análise bibliométrica de periódicos, dissertações e artigos publicados na última década, referentes ao tema. Busca-se discorrer sobre a maneira como essa temática tem sido abordada

no meio científico e quais as soluções propostas para o provisãoamento da Segurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas.

2 METODOLOGIA

Neste artigo foi realizada uma análise bibliométrica, a partir de pesquisa da produção acerca do tema no google acadêmico, que agrega importantes bancos como periódicos capes, e no banco de dissertações e teses da CAPES, com as palavras-chave Estado, povos indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional. Foram considerados inicialmente todos os trabalhos que dissertavam diretamente sobre o objeto da pesquisa, que é a definição de um estado da produção acerca do tema, considerando-se os autores que trabalham diretamente com o referido assunto.

Assim, foram incluídos no corpus total: trabalhos que dissertavam sobre indígenas dentro do território brasileiro, realizavam análise direta do objeto deste artigo e que estavam publicados e disponíveis em sua íntegra. Os textos que se encontravam sem relação direta com o objeto, não publicados na íntegra e que dissertavam sobre povos indígenas fora do território brasileiro foram descartados. Salientamos que a adesão ao objeto foi decidida pela leitura do resumo do trabalho.

O método bibliométrico de análise e escolha do corpus aplicado foi: a escolha das três palavras-chave que são consideradas como as que representam a revisão intencionada. Posteriormente, no Google Acadêmico, foi realizada a aplicação das palavras-chave em sequência – uso separado de cada palavra-chave: primeiro a palavra 1, aplicando no resultado a palavra 2; no resultado, aplicou-se a terceira palavra-chave –, selecionando os textos pelo título do trabalho, criando um corpus maior. Nessa primeira seleção, foram delimitados oito artigos que se encaixavam. O próximo passo aplicado foi a leitura do resumo dos trabalhos, formando um corpus diretamente ligado ao tema. Esses trabalhos foram analisados para realizar a revisão bibliográfica.

Após esse passo, destacou-se de cada texto: objetivos, principais referenciais utilizados, metodologia e conclusão. Assim se intencionou reconhecer de que forma são construídos trabalhos na área e quais suas principais conclusões sobre segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas no Brasil. Em tempo, foi realizada uma discussão sobre Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto direito fundamental, seus aspectos socioeconômicos e políticos, a partir de uma associação livre de textos com o tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas: uma revisão

Nesta seção do artigo, realizaremos a apresentação dos artigos que foram destacados no processo bibliométrico descrito na seção “metodologia”. Assim, destacamos os pontos já elencados com a intenção de construir uma base teórico-interpretativa sobre o objeto de análise.

A primeira análise realizada nesta pesquisa refere-se ao artigo “Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional: uma análise a partir do cotidiano das práticas alimentares de famílias indígenas da região do Alto Rio Negro”, publicado no Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde pelas autoras Hamylla Elizabeth da Silva e Ana Lúcia Moura Pontes, em 2019. Por meio desse estudo, as autoras intencionavam refletir acerca das especificidades da implantação de políticas públicas ofertadas às comunidades indígenas, além de investigar as práticas de alimentação de famílias indígenas na região do Alto Rio Negro e sua relação com o uso dos recursos do Programa Bolsa Família.

A metodologia empregada foi um estudo de campo etnográfico, observacional, com abordagem qualitativa. Investigou-se o simbolismo e o processo prático da produção à consumação alimentar bem como os comportamentos e a liturgia nutricional do povo Baniwa. Todos esses aspectos foram relacionados com o uso do repasse de renda viabilizado pelo programa Bolsa Família e a vivência familiar. No trabalho de campo, as autoras observaram que os indígenas beneficiários utilizavam a renda obtida para adquirir utensílios para a produção de alimentos, e esses não renunciavam a suas técnicas de produção alimentícia em decorrência da Programa Bolsa Família (FEITOSA, 2011; FRANZINI, 2016 *Apud* SILVA; PONTES, 2019).

No decorrer desse artigo, observa-se o efeito dessa política pública, em particular, o Programa Bolsa Família. Essa política contribui com modificações no modo de vida dos povos indígenas, estimulando a migração para as grandes cidades. Contudo, o repasse de verba auxilia na promoção da segurança alimentar indígena. A situação encontrada pelas pesquisadoras nessa comunidade indígena ressalta a importância da implantação das políticas públicas junto a essas minorias, porém, devem ser levadas em consideração suas peculiaridades. Para isso, torna-se necessária comunicação estreita com os povos indígenas. Destacamos que não apenas na SAN, mas em todas as políticas específicas para os povos indígenas,

Os autores Angélica Baptista Silva et al. divulgaram na revista Saúde Debate, em 2019, o artigo intitulado “Cultura dos povos originários da floresta amazônica na gestação e no puerpério: uma revisão de escopo sob o ponto de vista da segurança alimentar e nutricional”, questionando a efetivação da educação alimentar e nutricional, a adequação nutricional da população indígena residente na Floresta Amazônica, com ênfase na população infantil. Objetivando responder a essa problemática, inicialmente os autores realizaram mapeamento populacional para compreenderem a maneira como era aplicada a atenção multidisciplinar junto às comunidades habitantes da região investigada.

O objetivo proposto visava cooperar com a promoção da saúde nas redes de serviços de cuidados integrais à saúde, destacando a prestação de assistência à mulher e à criança, no que tange à segurança alimentar e nutricional dos povos da floresta. Nesse estudo foi aplicada a metodologia de revisão de escopo, a fim de mapear a literatura existente referente à temática abordada.

Outro argumento levantado foi o Sistema de Atenção à Saúde Indígena, visto que o contingente de profissionais escalados é relativamente escasso para atingir os objetivos do SUS junto à população indígena. Há ineficiência da secretaria do Ministério de Saúde para atender à demanda. Por isso, criam-se planos de terceirização por meio da aquisição de convênios e serviços de entidades não governamentais (GARNELO, 2014 *Apud SILVA et al.*, 2019).

De acordo com Silva et al (2019), na região norte há início tardio às consultas de pré-natal, baixa solicitação de exames, taxa inferior à média nacional de consultas e menor proporção de suplementação de micronutrientes. Com relação ao acompanhamento multidisciplinar durante o pré-natal, a recomendação do Ministério da Saúde é a realização de seis consultas, no mínimo. Contudo, entre as mulheres indígenas, há prevalência de três consultas, sendo que mais de 50% delas iniciam o pré-natal apenas no segundo semestre da gestação.

A pesquisa identificou ainda que as temáticas de inclusão digital e a interação dos indígenas com áreas urbanas na Amazônia, o acesso à internet e eletricidade em T.I carecem de maior investigação, uma vez que essas podem contribuir com a qualidade da prestação de saúde e o cumprimento dos princípios do SUS para com as populações indígenas. Acredita-se que, enquanto não houver empenho para se compreender a fundo o impacto desses fatores na saúde indígena, haverá contínua culpabilização das etnias bem como a ocultação do desaparecimento de sua cultura e de indivíduos, iniciada na colonização.

Em sua dissertação elaborada em 2016, a agrônoma Jerusa Cariaga Alves desenvolveu sua pesquisa intitulada por “Ka’a Kuéraha Yvakuera Oje’úva - Quintais Agroflorestais Na Reserva Te'yikue Em Caarapó, Mato Grosso Do Sul: Segurança Alimentar Às Famílias Indígenas”, na qual abordou a readequação social, espacial e produtiva enfrentada pelos povos Guarani e Kaiowá, os quais encontram-se aldeados no Centro Sul do Mato Grosso, desde o século XX. Em virtude da influência antrópica de não indígenas, os processos de reassentamento dessas etnias intensificam a modificação nas paisagens, o que culmina em uma vulnerabilidade territorial, social e alimentar dos indígenas.

Dito isso, o objetivo dessa pesquisa foi gerar informações sobre o conhecimento tradicional, principalmente no que se refere ao manejo dos recursos naturais por Guarani e Kaiowá da Reserva Indígena de Caarapó, como forma de subsidiar alternativas de desenvolvimento sustentável para comunidades indígenas dessas etnias. A coleta de informações de campo selecionada nesse trabalho foi o método misto, na Reserva Te'yikue, no Município de Caarapó, em Mato Grosso do Sul. As atividades transcorreram de agosto de 2014 a março de 2015. Houve identificação, visitas e entrevistas com dezenove unidades familiares (UDF) que aplicavam o sistema agroflorestal (SAF). De acordo com a pesquisadora, a entrevista seguiu um roteiro semiestruturado.

A conclusão foi que a comunidade indígena busca reduzir os efeitos prejudiciais referentes ao aldeamento, dando ênfase à promoção de conhecimentos tradicionais às futuras gerações, tendo como fundamento as metodologias produtivas propostas pelos não indígenas e adaptando-as à realidade Guarani. A autora finaliza afirmando que o poder público propicia políticas de etnodesenvolvimento, com objetivo de garantir a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, sendo essas políticas baseadas na distribuição de implementos e insumos, porém, não há integração com os saberes tradicionais, o que aumenta a dependência por assistência técnica e a busca por fontes externas para complementar a renda familiar.

O quarto texto analisado derivou da pesquisa executada no mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o qual foi desenvolvido no ano de 2017, com autoria de Maria de Lourdes Lopes de Araújo e Rumi Regina Kubo. Levantaram-se questões como a integração entre os hábitos alimentares com a cultura de cada povo, e sua pertinência para a Segurança/Insegurança Alimentar e nutricional indígena.

O objetivo proposto pelas autoras consistia em apresentar algumas observações acerca da SAN e Povos indígenas, com base no conceito estabelecido na Lei Orgânica de Segurança

Alimentar e Nutricional. A metodologia foi composta por pesquisa de campo, que ocorreu de maio a agosto de 2015, com auxílio de entrevistas semiestruturadas, por meio das quais foram levantadas informações sobre a experiência dos indígenas Ashaninkas do Alto Rio Envira com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), nos anos de 2012 e 2013, na qualidade de beneficiários e fornecedores no município de Feijó, Estado do Acre.

De acordo com as autoras Araújo e Kubo (2017), os Ashaninkas possuem uma estrutura social baseada nas relações familiares e a permuta praticada entre esses indivíduos ampara diversos aspectos da vivência enquanto comunidade, entre eles, a SAN e a economia. Para o indígena produtor, a segurança alimentar e nutricional conecta-se com o consumo dos alimentos cujo ensinamento referente ao método de produção é transmitido pelos membros mais velhos. Para o povo Ashaninkas, a SAN baseia-se no consumo de alimentos fortes, como a banana, o milho e a macaxeira, sendo essa considerada sagrada.

As autoras concluíram que aprimorar o Programa de Aquisição de Alimentos junto aos Ashaninkas do Alto Rio Envira é imprescindível, principalmente por meio da ampliação do número de famílias cadastradas no programa, uma vez que esse estimula as dinâmicas econômicas da etnia. Logo, há promoção de uma alimentação adequada e saudável através da prática desse projeto, o que reforça a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional dos indígenas, já que todo o processo proporciona sustentação à política, economia e território dos complexos de produção alimentar, respeitando os hábitos e tradições culturais (GALLOIS, 2015, *Apud* ARAÚJO; KUBO, 2017).

O próximo trabalho aqui analisado, dos autores Nazaré Falcão, Wellington Félix e Graciana Lopes, publicado em 2018, tem como título “Saúde da criança indígena: Fatores que contribuem para a desnutrição”. Foram traçadas e identificadas as principais causas para o aumento e a prevalência nos índices de desnutrição indígena infantil.

Através de análises de narrativas e documentos, as principais observações feitas acerca da desnutrição indígena estavam diretamente relacionadas com os índices socioeconômicos das populações; alguns dos fatores mais críticos estavam relacionados à idade materna e à forma do armazenamento dos alimentos consumidos pela população. A acessibilidade a alimentos industrializados e os processos de “aculturação” indígena com os padrões sociais do homem branco acentuam esses índices bem como corroboram para o aumento da transição alimentar e a obesidade. Houve indícios de desapontamentos nas medidas públicas de saúde e o atraso na reivindicação dos direitos indígena e da atuação dos agentes de saúde.

Salienta-se que o conceito de aculturação é usado no texto aqui analisado, mas não somamos nossa análise a ele: é importante frisar que a cultura indígena não deixa de existir no

contato, mas a fricção interétnica (BARTH, 1976) resulta em transformações e assimilações das práticas culturais dos povos, mas nunca na extinção ou desaparecimento – a não ser quando há genocídio, o que não é o caso aqui relatado.

Dentre os índices de desnutrição levantados pelo texto, os maiores dados foram obtidos em regiões remotas e distantes das grandes metrópoles, indicando, assim, a falta de acesso à saúde e alimentos, sendo necessário o atendimento rápido e eficaz como uma das medidas de prevenção (FALCÃO *et al.* 2018).

De acordo com os autores Vandete Jaboti, Reginaldo Nunes e Iuri Oliveira, a pesquisa “Alimentação tradicional do povo Djeoromitxi e as mudanças provocadas pelo contato”, exposta em 2018, teve como objetivo identificar as mudanças na alimentação dos Djeoromitxi (no estado de Rondônia), analisando os impactos sofridos por esses povos, após o contato com os hábitos alimentares advindos da cultura ocidental.

Com as entrevistas e análises realizadas na comunidade, foi constatado que a maior parte da Terra Indígena está sujeita a algum nível de insegurança alimentar, uma vez que são poucas as terras para o cultivo e a caça. Os moradores do local relataram que os alimentos advindos dos supermercados trazem indisposição para a população mais velha, principalmente os congelados e alimentos de origem vegetal, ricos em agrotóxicos. Dentre os níveis de deficiência nutricional na qual a Terra Indígena está sujeita, foram identificadas as hipovitaminoses, deficiência proteica, maior suscetibilidade a doenças crônicas não transmissíveis além das doenças infecto-parasitárias.

Foi relatado também o descaso do Ministério da Saúde que, de forma alienada ou desrespeitosa, envia cestas básicas com excedência de alimentos ultraprocessados para as comunidades, bem como a falta de cumprimento das medidas de adequação alimentar, uma vez que projetos como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece os mesmos alimentos da população branca para os indígenas, desrespeitando os hábitos e a etnicidade dos povos indígenas. Somamos esses casos aos demais descasos aqui analisados para tentar compor uma estrutura geral sobre a questão indígena no Brasil.

A dissertação “Etnodesenvolvimento: Análise a partir de uma terra indígena tradicionalmente ocupada”, escrita por Silvio Raimundo da Silva e anunciada em 2019, teve como objetivo analisar as práticas tradicionais de cultivo e desenvolvimento sustentável da T.I Panambizinho (MS), traçando, então, a descrição de um modelo de Sistema Agroflorestal Biodiverso (SAF) adaptado, que possa ser implantado no local, respeitando a cosmologia e os hábitos tradicionais da população, preservando a etnicidade e garantindo a soberania e Segurança Alimentar Nutricional dessa população.

Após as pesquisas documentais e de campo bem como o levantamento e análise dos dados coletados, o autor constatou que a T.I de Panambizinho está, em sua maioria, com índices socioeconômicos considerados abaixo da linha da pobreza, uma vez que nem toda a população de 414 pessoas tem acesso à energia e moradia de qualidade, sendo o abastecimento de água garantido pela FUNASA. A renda populacional é caracterizada pela monocultura de milho através do arrendamento das terras.

A Terra Indígena sofre adversidades devido à antiga ocupação dos colonos naquela área, a devastação na vegetação local é um exemplo disso, uma vez que houve a diminuição de animais para a caça bem como lenha e madeira para construção. Consequentemente, colocando em risco o cumprimento da SAN, e gerando dificuldades para o cultivo de alimentos em períodos de ventania, e lento processo de perda de área disponível per capita.

O resultado da pesquisa indicou também interesse por parte da comunidade em plantar e até mesmo em vender os excedentes com intuito de obter renda, mas sem visar lucros. Porém, esses fatores são discutidos, visto que a comercialização de alimentos vai contra a cosmologia da população. Notou-se que apesar dos indígenas não conhecerem os métodos propostos pelo SAF, seus métodos culturais e pessoais de manejo da terra, conquistados e repassados pelos ancestrais é muito semelhante aos do SAF, o que leva a crer na aplicabilidade dos projetos propostos.

Com a disponibilidade de terras, a implementação do Sistema Agroflorestal, conciliado ao modelo tradicional de agricultura indígena, seria de grande auxílio para a população, uma vez que o projeto resgataria a prática de reflorestamento, produção de alimentos e uma possível fonte de renda e empregos. Porém, sendo necessário apoio do governo federal para o alçamento de projetos voltados para o saneamento básico, melhorias na infraestrutura, dentre outros.

A última análise refere-se ao artigo “Segurança alimentar e nutricional e comunidades indígenas: Comida e território”, publicada em 2019 e escrito pela autora Aurélia Matos Brito, que objetivou traçar os impactos sentidos pelas populações indígenas nas questões que comprometam a SAN, analisando a simbologia da alimentação para esses povos e sua correlação com o território.

Após o levantamento de dados e análises bibliográficas, foram notados baixos índices de intervenção do Estado nas medidas públicas para a promoção da saúde alimentar indígena, principalmente após os anos 2000. A de maior destaque foi o Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos povos indígenas em 2009, sendo um dos primeiros estudos de perfil epidemiológico em escala nacional, utilizado como base para a estruturação da distribuição

das DSEI's e demais políticas públicas, como a suplementação de ferro e vitamina A para crianças, assim como os levantamentos de dados acerca de desnutrição e obesidade em T.I.

No que tange à questão da disponibilidade de terras e sua relação com a alimentação, esse é um tema apontado como merecedor de destaque e reconhecimento, sendo necessária a atuação do Estado na fiscalização e garantia dos direitos indígenas, uma vez que suas terras são de suma importância para a obtenção de sua subsistência e preservação da sua etnicidade, além

da importância do resgate da cultura indígena para os povos que moram em zonas urbanas, e que de maneira progressiva têm absorvido costumes e hábitos alimentares dos não indígenas (CARDOSO *et al.* 2009 *apud* BRITO, 2019).

Apresentados os textos analisados, é importante ressaltar a prevalência de metodologias exploratórias com pesquisas de campo que permitem o contato direto com as T.I, fator oportuno para permitir maior interação entre pesquisador e comunidade indígena, sendo possível a obtenção de resultados mais fidedignos, uma vez que esses possibilitam observar a realidade do cotidiano vivenciada por esses povos. Contudo, sem deixar de enfatizar a participação das políticas públicas e o levantamento de dados epidemiológicos e socioeconômicos das populações, que possibilitam o delineamento de medidas e políticas públicas que promovam o auxílio a essas comunidades.

No decorrer da elaboração das análises textuais, identificaram-se alguns programas de políticas públicas sendo aplicados a diversas etnias, com o intuito de fomentar a Soberania e Segurança Alimentar dos povos indígenas, ou a promoção direta de saúde desses povos. Dentre os projetos verificados nas discussões, encontrou-se o Quintal Agroflorestal aplicado aos Guaranis e os Kaiowás, Programa de aquisição de Alimentos (PAA) - Compra com Doação Simultânea aos Ashaninkas no Alto Rio Envira, Programa Bolsa Família empregado às famílias indígenas da região do Alto Rio Negro e o Sistema de telessaúde do SUS à população indígena residente na Floresta Amazônica.

Examinamos que os programas com maior eficiência na manutenção da SAN indígena levaram em consideração as peculiaridades e necessidades individuais de cada povo, sendo esses o Quintal Agroflorestal e o Programa de Aquisição de Alimentos. Ambos tratavam de amenizar a vulnerabilidade alimentar e nutricional enfrentadas pelos indígenas bem como visavam estimular o desenvolvimento econômico da comunidade, sem alterar severamente seus aspectos culturais, fornecendo meios para que as etnias buscassem garantir por si mesmas sua Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Destacamos, também, a inter-relação entre ações externas, contato e impactos socioambientais na manutenção da SAN dessas populações. O avanço da fronteira do agronegócio e das intenções nacionais/internacionais sobre os territórios indígenas impacta diretamente sobre as organizações culturais para a alimentação desses povos, alterando estruturas e fazendo-os partir para alimentos e processos alimentares não indígenas, levando sempre a um processo de reorganização cultural comum em todos os processos de contato interétnico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A notoriedade obtida pelos projetos voltados para as práticas de bases agroecológicas é expressada através de sua aceitação e efetivação pelas comunidades indígenas aqui estudadas, uma vez que esses programas são similares aos métodos tradicionais de cultivo desses povos. A implantação desses projetos é de suma importância para a recuperação e manutenção ambiental bem como para a emancipação das cadeias produtivas que promovem a melhoria na qualidade de vida e a promoção da SAN, permitindo também uma aplicação proveitosa dos recursos financeiros das famílias (SILVA, 2019), desde que consideremos sempre a organização e a postura desses povos indígenas.

Apesar da relevância dos programas de políticas públicas na questão indígena, eles não suprem em sua totalidade as necessidades alimentares, nutricionais e econômicas das etnias, de acordo com os textos aqui analisados. Para que haja atenuação expressiva da insegurança confrontada por esses povos, é necessário que o Estado integre seus esforços com a diligência dos representantes indígenas, do mesmo modo que se torna crucial a concessão de terras e a garantia dos direitos fundamentais (GALLOIS, 2015 *Apud* ARAÚJO; KUBO, 2017; SILVA; PONTES, 2019).

Dentre os textos analisados, é notória a escassez de dados estatísticos acerca dos contextos nutricionais indígenas (BRITO, 2019), uma vez que não há dados frequentes e atualizados sobre as T.I, um fator que se intensifica em comunidades indígenas de área geográfica remota, o que aponta para a importância da execução de pesquisas de cunho científico independentes, para a obtenção e atualização desses dados, bem como a execução de projetos solidários para empoderamento, mesmo que parcial, das populações alcançadas por esses projetos (SANCHEZ *et al.*, 2019).

Em decorrência da perda territorial sofrida por esses povos, eles tiveram mudanças na produtividade bem como déficit progressivo na biodiversidade da fauna e flora local, o que

promove a insegurança alimentar. O Estado busca prover as necessidades dessas comunidades por meio do fornecimento de insumos, repasses de renda e, em alguns casos, da transferência de alimentos. No entanto, essas medidas não garantem a soberania do povo indígena. Para tentar reduzir os impactos enfrentados, as famílias indígenas passaram a buscar meios alternativos de produção, a fim de preservar e resgatar os recursos naturais, tal como defender sua própria segurança alimentar e nutricional (FERREIRA *et al.*, 2011 *Apud* ALVES, 2016).

REFERÊNCIAS

ALVES, J. C. **Ka'a Kuéraha Yvakuera Oje'úva - Quintais Agroflorestais Na Reserva Te'yikuê Em Caarapó, Mato Grosso Do Sul: Segurança Alimentar Às Famílias Indígenas.** 2016. 50 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Agricultura Orgânica, Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/jspui/bitstream/jspui/1563/2/2016%20-%20Jerusa%20Cariaga%20Alves.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

ARAÚJO, M. L. L.; KUBO, R. R. Segurança Alimentar e Nutricional e Povos Indígenas Aquisição de Alimentos (PAA): a experiência dos ashaninkas do alto rio Envira com o programa de aquisição de alimentos (PAA). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 38, n. 132, p. 195-210, 2017.

AZEVEDO, M. M *et al.* Estudo do Conceito e Percepção de Segurança Alimentar e Nutricional entre os Guarani no Estado de São Paulo. **Núcleo de Estudos de População: NEPO - UNICAMP**, São Paulo, p. 167-176, 2009. Disponível em: https://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/cultura_alimentarcap17.pdf. Acesso em: 28 abr. 2020.

BARTH, F *et al.* **Los grupos étnicos y sus fronteras.** México: Fondo de cultura económica, 1976.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei nº 11.346, de 15 de julho de 2006.** Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Casa Civil, Brasília, DF, 15/07/2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 29 abr. 2020.

BRITO, A. M *et al.* Segurança Alimentar e Nutricional e comunidades indígenas: Comida e território. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. **Anais XVIII ENANPUR**, Natal-RN, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1024>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1441-1451, novembro/dezembro 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a05.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

TRINDADE, H. E; PONTES, A. L. M. Programa bolsa família e segurança alimentar e nutricional: uma análise a partir do cotidiano das práticas alimentares de famílias indígenas da região do Alto Rio Negro. **CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA**, João Pessoa: Abrasco, 2018. 2 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/38055>. Acesso em: 29 abr. 2020.

FALCÃO, N. S *et al.* Saúde da Criança Indígena: Fatores que contribuem para a desnutrição. Congresso Científico Fametro: **Anais do CONCIFA**, Fortaleza-CE, v. 1, ed. 1, 2018. Disponível em: <http://periodicos.fametro.edu.br/index.php/AE/article/view/110>. Acesso em: 23 abr. 2020.

JABOTI, V *et al.* Alimentação tradicional do povo Djeoromitxi e as mudanças provocadas pelo contato. **Revista Panorâmica**, Araguaia-MT, v. 25, 2018. Disponível em: <http://revistas.cua.ufmt.br/revista/index.php/revistapanoramica/article/view/816/19192046>. Acesso em: 23 abr. 2020.

KEPPLE, A. W; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, janeiro 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n1/v16n1a22.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SANCHEZ, A. R. N *et al.* Referenciais pedagógicos para educação em segurança alimentar e nutricional com populações indígenas e rurais do sul da Bahia. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, p. 82-87, 2019. Disponível em: <http://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revistafitos/article/view/751>. Acesso em: 6 maio 2020.

SILVA, A. B *et al.* Cultura dos povos originários da floresta amazônica na gestação e no puerpério: uma revisão de escopo sob o ponto de vista da segurança alimentar e nutricional. **Saúde em Debate**, [s.l.], v. 43, n. 123, p. 1219-1239, out. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201912319>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2019.v43n123/1219-1239/pt/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SILVA, S. R. **Etnodesenvolvimento**: análise a partir de uma terra indígena tradicionalmente ocupada. Orientador: Madalena Maria Schindwein. 2019. Dissertação (Mestrado Agronegócios) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2019. 109 páginas. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1993/1/SilvioRaimundodaSilva.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

R. A. O. ANDRADE, C. A. F. C. FERREIRA, J. G. SCHMITZ, Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas no Brasil: Revisão e Contextualização do Fenômeno. **Rev. FSA**, Teresina, v.19, n. 9, art. 4, p. 63-78, set. 2022.

Contribuição dos Autores	R. A. O. Andrade	C. A. F. C. Ferreira	J. G. Schmitz
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X		